450 QUESTÕES COM RESPOSTAS

FCC E OUTRAS INSTITUIÇÕES



SÓ QUESTÕES

TRT-4

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA

- Língua Portuguesa
- Matemática e Raciocínio lógico
- Noções de Legislação
- Noções de Direitos Humanos
- Noções de Informática
- Noções de Direito Constitucional
- Noções de Direito Administrativo
- Noções de Administração Pública
- Noções de Direito do Trabalho
- Noções de Direito Processual do Trabalho

apostilas opção

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- Questões gabaritadas.
- Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Adquira aqui sua apostila completa

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

TRT-4

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

GABARITANDO
450 Questões Gabaritadas
TÉCNICO JUDICIÁRIO
ÁREA ADMINISTRATIVA

EDITAL Nº 1/2026

CÓD: OP-154OT-26
7901183011360

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa 5
2. Matemática e Raciocínio lógico 31
3. Noções de Legislação 39
4. Noções de Direitos Humanos 51
5. Noções de Informática 63
6. Noções de Direito Constitucional 73
7. Noções de Direito Administrativo 89
8. Noções de Administração Pública 103
9. Noções de Direito do Trabalho 117
10. Noções de Direito Processual do Trabalho 131

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (FCC - 2025)

Considere o texto abaixo para responder a questão.

Em O fim da teoria, Chris Anderson afirma que quantidades inimagináveis de dados (o Big Data) tornariam as teorias completamente obsoletas: "Hoje, empresas que cresceram em uma era de dados massivamente abundantes não precisam se contentar com modelos errados. Na verdade, elas não precisam mais se contentar com modelos". A psicologia ou sociologia orientada por dados torna possível prever e controlar com precisão o comportamento humano. As teorias estão sendo substituídas por dados diretos.

O Big Data, na verdade, não explica nada. Apenas revela correlações entre as coisas. Mas as correlações são a forma mais primitiva de conhecimento. Nada é compreendido nas correlações. O Big Data não é capaz de explicar por que as coisas se comportam da maneira como se comportam. Não são estabelecidas conexões causais nem conceituais.

A teoria como narração cria uma ordem de coisas, relacionando-as umas com as outras e explicando por que elas se comportam da maneira como se comportam. Em contraste com o Big Data, ela nos oferece a forma mais elevada de conhecimento, qual seja, a compreensão. O Big Data, por outro lado, é totalmente aberto.

A teoria na forma de desfecho prende as coisas em uma estrutura conceitual e as toma, com isso, apreensíveis O fim da teoria significa, em última instância, dizer adeus ao conceito como espírito. A inteligência artificial funciona muito bem sem o conceito. Inteligência não é espírito. Somente o espírito é capaz de uma nova ordem das |coisas, de uma nova narração. A inteligência calcula. O espírito, todavia, narra. Em um mundo saturado de dados e informações, a capacidade de narrar se atrofia. Com isso, a construção de teorias se torna algo mais raro, até mesmo arriscado.

A inteligência artificial não pode pensar porque não pode se apaixonar, porque não é capaz de uma narração apaixonada. Os diálogos de Platão já deixam claro que a filosofia é uma narração. A filosofia como ciência renega seu caráter narrativo originário. Ela se priva de sua linguagem. Emudece. Assim, a atual crise da narração também está se apoderando da filosofia e lhe pondo um fim.

No instante em que a filosofia reivindica ser uma ciência, ser uma ciência exata, seu declínio começa.

(HAN, Byung-Chul. ***A crise da narração.*** *Trad. Daniel Guilhermino. Petrópolis: Editora Vozes, edição digital, 2023)*

O adjetivo formado a partir de um prefixo de negação está sublinhado em:

(A) quantidades inimagináveis de dados.

(B) Apenas revela correlações entre as coisas.

(C) tomariam as teorias completamente obsoletas.

(D) empresas que cresceram em uma era de dados massivamente abundantes.

(E) O fim da teoria significa, em última instância, dizer adeus ao conceito como espírito.

2. (FCC - 2022)

Para responder a questão, considere o trecho da crônica "O VIP sem querer", de Carlos Drummond de Andrade.

João Brandão foi ao Aeroporto Internacional para abraçar um amigo dileto, que viajava com destino ao Paraguai. Pessoa comum despedindo-se de pessoa comum. Mas acontecem coisas. Alguém, informado da viagem, pedira ao amigo que levasse uma encomenda a Assunção. A encomenda apareceu na hora, entregue por um senhor que foi logo dizendo:

– O doutor não precisa se incomodar. Eu providencio o despacho e tudo mais.

O avião estava atrasado duas horas, o que não é muito, em comparação com outros atrasos por aí, inclusive o da chegada do estado de direito. O senhor da encomenda procurou amenizar a espera:

– O doutor não vai ficar duas horas sentado numa dessas cadeiras aí, vendo os minutos se arrastarem. Espere um momento, que eu dou um jeitinho.

Saiu para confabular mais adiante e voltou com a boa nova:

– Por obséquio, me acompanhe até a sala VIP.

– Não é preciso – objetou o meu amigo. – Posso esperar perfeitamente aqui mesmo.

– Não senhor. Estará melhor lá em cima.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

– Acontece que estou aqui com um amigo.

– Ele também vai com o doutor.

Não havia remédio senão subir à sala VIP. Seu amigo, encabulado, e João Brandão mais ainda. Seria indelicado insistir na recusa. E depois, por que não ir àquela sala?

Subiram pelas escadas rolantes, precedidos de um abridor de caminhos, que com o indicador ia pedindo passagem para os dois ilustres desconhecidos.

Na sala VIP, enorme e vazia, pois há uma hora na vida em que até os VIP escasseiam, João Brandão e seu amigo foram convidados por um garçom solícito a beber qualquer coisa, a ler revistas, a pedir o que lhes aprouvesse.

– Obrigado – respondeu o amigo. – Não desejamos nada. Ou você, João, deseja alguma coisa?

– Também não. Obrigado.

O garçom insistia:

– Nem um cafezinho, doutor?

Vá lá, um cafezinho. Sorvendo-o a lentos goles, pareciam sorver o espanto de serem promovidos a VIP.

– Veja como são as coisas, João. Nós aqui na maciota, em poltronas deleitáveis, contemplando quadros abstratos, e lá embaixo o povo concreto fazendo fila para conferir as passagens ou esperando em cadeiras padronizadas a hora do embarque.

– É mesmo, sô.

– Entretanto eles pagaram imposto como nós, custearam como nós a construção deste edifício, têm direitos iguais ao nosso de desfrutar as comodidades deste salão, mas na hora de desfrutá-las só nós dois é que somos convocados.

– Nem me fale. Estou ficando com remorso.

– Vivemos numa república, João. Você acha isso republicano?

– Eu? Eu acho que estou aqui de intrometido. Você ainda passa, porque está levando alguma coisa a alguém, e por isso lhe conferiram honras de VIP. Mas eu sou apenas acompanhante de um VIP, e acompanhante por cento e vinte minutos. E agora que você me disse essas coisas, não aguento mais, vou-me embora já. Desculpe.

– Que é isso, João, estava brincando. Pensando bem, o povão foi homenageado em nossas humildes pessoas. E, como diz o Milton Carneiro na televisão, a vida é curta, e isto é muito bom!

João Brandão quis assimilar o sentimento do amigo, se é que este sentia realmente a doçura da situação, mas quando a gente é promovida a VIP e não tem estrutura de VIP (é uma coisa que nasce com o indivíduo, ou não nasce, e jamais lhe será consubstancial)... A verdade é que os dois continuaram ali sem a menor convicção de serem VIP.

(Adaptado de: ANDRADE, Carlos Drummond de. Boca de luar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014)

João Brandão foi ao Aeroporto Internacional para abraçar um amigo dileto, que viajava com destino ao Paraguai. Pessoa comum despedindo-se de pessoa comum. Mas acontecem coisas. Alguém, informado da viagem, pedira ao amigo que levasse uma encomenda a Assunção. (1º parágrafo)

No trecho acima, o narrador relata alguns fatos ocorridos no passado. Um fato anterior a esse tempo passado está indicado pela seguinte forma verbal:

(A) “levasse”
(B) “foi”
(C) “viajava”
(D) “acontecem”
(E) “pedira”

3. (FCC - 2025)

Considere o início da crônica “Sobre o inferno”, de Rubem Braga, para responder à questão abaixo. “O Inferno são os outros” - diz esse desagradável senhor Sartre no final de Huis Cios, e eu respondo: “eu que o diga!” Hoje estou com pendor para confissões; vontade de abrir meu peito em praça pública; quem for pessoa discreta, e se aborrecer com derrames desses, tenha a bondade de não continuar a ler Isto.

Conheci um homem que estava tão apaixonado, tão apaixonado por uma mulher (acho que ela não gostava dele), que uma vez estávamos nós dois num bar e no melo da conversa ele disse fremente:

- Isso é o maior verso da língua portuguesa!

Fiquei pateta, pois não escutara verso nenhum. Ele então pediu silêncio, e que ouvisse. Havia conversas na mesa ao lado, ruídos vários lá dentro, autos e ônibus que passavam, um bonde na outra rua, um violoncelo tocando num rádio qualquer, e lá no finzinho disso, longe, longe, um outro rádio com o samba que mal se podia ouvir e só era reconhecível pelos fragmentos de música que nos chegavam. O maior verso da língua portuguesa estava na letra daquele samba e avisava que “Emílla, Emília, Emília, eu não posso mais”.

(Adaptado de: BRAGA. Rubem. 200 crônicas escolhidas. Rio de Janeiro: Record, 2017)

- Isso é o maior evento da língua portuguesa! Fiquei pateta, pois não escutara verso nenhum. Ele então pediu silêncio, e que ouvisse.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

1. (FCC - 2024)

A tabela abaixo apresenta um conjunto de dados, com intervalos de classes e frequências absolutas por intervalo, que demonstram os pesos das pessoas que deram entrada, numa única noite, em um posto de saúde público.

I	peso (kg)	fi
1	40 ⊢ 44	11
2	44 ⊢ 48	5
3	48 ⊢ 52	3
4	52 ⊢ 56	8
5	56⊢ 60	12
6	60 ⊢ 64	1
7	64 ⊢ 68	9
8	68 ⊢ 72	6
9	72 ⊢ 76	10
10	76 ⊢ 80	7
	Σ	72

Para esse caso, a Moda Bruta é de:

(A) 58 kg.
(B) 64 kg.
(C) 56,4 kg.
(D) 60,6 kg.
(E) 70 kg.

2. (FCC - 2024)

A Tabela a seguir demonstra uma série de dados não agrupados que representam o total de faltas no trabalho, por mês, com atestado médico:

Faltas no trabalho por mês em 2023											
jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	**nov**	**dez**
10	10	2	3	4	8	5	2	4	1	1	10

Sendo assim, a Frequência Relativa de 10 faltas é de:

(A) 20%.
(B) 25%.
(C) 10%.
(D) 30%.
(E) 12%.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

3. (FCC - 2025)

Um artesão vende um par de brincos por R$ 12,00 e uma pulseira por R$ 13,00. Ele faz uma oferta especial: vende um conjunto com um par de brincos e uma pulseira por R$ 20,00. No sábado, o artesão vendeu 55 pulseiras e 70 pares de brincos ao todo, sendo que dentre as vendas há 30 conjuntos da oferta. No sábado, o artesão arrecadou com suas vendas o valor de

(A) R$ 1.450,00.
(B) R$ 1.350,00.
(C) R$ 1.205,00.
(D) R$ 1.405,00.
(E) R$ 1.505,00.

4. (FCC - 2025)

Para preencher um álbum são necessárias 320 figurinhas. Ontem, Camila completou metade do álbum. Hoje, Camila adquiriu 12 pacotes de 6 figurinhas cada um e, depois de colar todas as figurinhas que ainda não tinha, restaram 33 figurinhas repetidas.

O número de figurinhas que ainda faltam para completar o álbum é

(A) 119.
(B) 120.
(C) 123.
(D) 122.
(E) 121.

5. (FCC - 2023)

Havia um certo número natural N escrito na lousa. O algarismo das unidades de N foi apagado, restando na lousa um número K. Se N − K = 2022, então, K é igual a

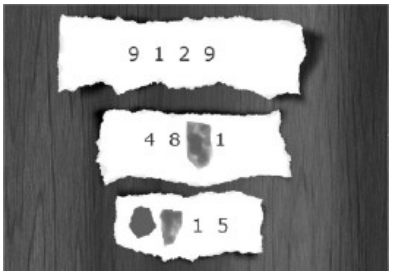
(A) 224.
(B) 242.
(C) 264.
(D) 282.
(E) 284.

6. (FCC - 2023)

João e um grupo de 5 amigos foram jantar e a conta, dividida igualmente por todos, saiu a R$ 85,00 por pessoa. João decidiu fazer uma gentileza e pagar sozinho o vinho; o restante do valor é novamente dividido igualmente por todos. Se o valor pago por João foi R$ 210,00, então cada um dos 5 amigos de João pagou, em reais, o equivalente a

(A) 65,00
(B) 60,00
(C) 70,00
(D) 75,00
(E) 55,00

7. (FCC - 2022)



Três números de 4 dígitos são escritos em 3 pedaços de papel, observou-se então que a soma total dos números era de 17.215. Porém, após algum tempo, 3 dígitos foram rasurados e os 3 papéis ficaram assim: A soma dos três dígitos rasurados é

(A) 9.
(B) 10.
(C) 11.
(D) 13.
(E) 12.

8. (FCC - 2022)

Daniel lê 5 páginas, por dia, de um livro, exceto sábado e domingo, em que ele lê 20 e 25 páginas, respectivamente. Daniel começa a ler um livro de 350 páginas em um domingo. O número de dias consecutivos que Daniel levará para ler todo o livro é

(A) 35.
(B) 28.
(C) 30.
(D) 32.
(E) 40.

9. (FCC - 2022)

Em uma chácara há 10 galinhas. Cinco delas botam um ovo por dia e as outras cinco botam 1 ovo a cada dois dias. O número de ovos que essas 10 galinhas botam juntas em 10 dias é

(A) 65.
(B) 80.
(C) 70.
(D) 85.
(E) 75.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO

1. (2026)

A Resolução CNJ nº 400/2021 estabelece diretrizes para a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, considerando aspectos ambientais, econômicos, sociais, culturais e institucionais. Um tribunal pretende reformular seu modelo de gestão para atender às disposições dessa norma, incorporando práticas de responsabilidade socioambiental e aperfeiçoamento dos serviços públicos. Considerando o art. 2º da referida Resolução, assinale a alternativa correta.

(A) A sustentabilidade institucional deve concentrar-se na redução dos custos operacionais, independentemente dos impactos sociais e culturais das medidas adotadas.

(B) As ações sustentáveis devem priorizar exclusivamente a preservação ambiental, sendo facultativa a consideração de aspectos econômicos e organizacionais.

(C) Os órgãos do Poder Judiciário devem adotar processos estruturados que promovam ações ambientalmente corretas, economicamente viáveis, socialmente justas e inclusivas, culturalmente diversas e inovadoras, pautadas na integridade.

(D) A sustentabilidade constitui diretriz aplicável exclusivamente às contratações públicas, não abrangendo a organização administrativa.

(E) A implementação de práticas sustentáveis depende de autorização individual do Conselho Nacional de Justiça para cada atividade.

2. (2026)

Durante a elaboração de um programa institucional de sustentabilidade, determinado tribunal decidiu estabelecer parâmetros para aquisição de equipamentos, consumo de materiais e destinação de resíduos. A equipe responsável deverá observar os critérios previstos no art. 2º, § 1º, da Resolução CNJ nº 400/2021. Nesse contexto, as ações ambientalmente corretas devem:

(A) buscar a redução dos impactos ambientais mediante redução do consumo, reaproveitamento, reciclagem, revisão dos padrões de consumo e análise do ciclo de vida dos produtos.

(B) privilegiar a aquisição de produtos novos, independentemente da possibilidade de reaproveitamento dos materiais existentes.

(C) concentrar-se na destinação final dos resíduos, dispensando medidas preventivas relacionadas ao consumo.

(D) estabelecer a substituição obrigatória de todos os materiais utilizados pelo órgão a cada exercício financeiro.

(E) limitar-se à realização de campanhas educativas, sem interferir nos procedimentos administrativos de aquisição.

3. (2026)

Uma unidade administrativa de determinado tribunal pretende implementar ações que promovam o bem-estar dos trabalhadores, a acessibilidade e a inclusão social. Durante a elaboração do projeto, surgiu discussão sobre a natureza dessas iniciativas no âmbito da política institucional de sustentabilidade. Considerando o art. 2º, § 3º, da Resolução CNJ nº 400/2021, assinale a alternativa correta.

(A) Tais iniciativas pertencem exclusivamente à política de gestão de pessoas, não integrando as ações de sustentabilidade.

(B) A promoção da inclusão social limita-se aos magistrados e servidores efetivos, não alcançando integrantes do quadro auxiliar.

(C) A acessibilidade deve ser considerada apenas em obras de construção de novas instalações.

(D) As medidas de bem-estar institucional são facultativas e não apresentam relação com a dimensão social da sustentabilidade.

(E) As ações socialmente justas e inclusivas devem estimular comportamentos que promovam equilíbrio e bem-estar no ambiente de trabalho, inclusive por meio do cuidado preventivo com a saúde, da acessibilidade e da inclusão social.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

4. (2026)

O art. 3º da Resolução CNJ nº 400/2021 apresenta conceitos fundamentais para a execução da política de sustentabilidade no Poder Judiciário. Uma administração judiciária pretende instituir programa destinado a encaminhar materiais recicláveis descartados às associações e cooperativas de catadores, mediante separação prévia na fonte geradora. Essa prática corresponde ao conceito de:

(A) logística sustentável, restrita à contratação de serviços de transporte de materiais.

(B) coleta seletiva solidária, caracterizada pela destinação dos resíduos recicláveis separados na fonte às associações e cooperativas de catadores.

(C) gestão documental, relacionada à eliminação de documentos administrativos.

(D) ponto de equilíbrio, entendido como a quantidade máxima de materiais adquiridos pelo órgão.

(E) contratação compartilhada, realizada entre unidades administrativas de diferentes instituições.

5. (2026)

O Plano de Logística Sustentável (PLS) constitui importante instrumento de planejamento e governança no âmbito do Poder Judiciário. Um tribunal pretende elaborar seu PLS de maneira integrada ao planejamento institucional, estabelecendo objetivos, indicadores e mecanismos de acompanhamento. Conforme o art. 5º da Resolução CNJ nº 400/2021, assinale a alternativa correta.

(A) O PLS é documento exclusivamente ambiental, sem relação com os instrumentos de governança de contratações públicas.

(B) O PLS deve estabelecer apenas recomendações gerais, sendo desnecessária a definição de metas ou responsabilidades.

(C) O planejamento de sustentabilidade deve ser desenvolvido independentemente da Estratégia Nacional do Judiciário.

(D) O PLS deve alinhar-se à Estratégia Nacional do Judiciário e aos planos estratégicos dos órgãos, contemplando objetivos, responsabilidades, indicadores, metas, prazos, monitoramento e avaliação de resultados.

(E) O PLS substitui integralmente o planejamento estratégico e o plano de gestão de pessoas de cada órgão.

6. (2026)

O art. 7º da Resolução CNJ nº 400/2021 determina os elementos mínimos que devem integrar o Plano de Logística Sustentável. Na elaboração do documento, a equipe técnica de determinado tribunal pretende selecionar indicadores de desempenho e organizar os dados para monitoramento institucional. Assinale a alternativa que apresenta um conjunto de elementos compatível com a norma.

(A) Indicadores relacionados a energia elétrica, água e esgoto, gestão de resíduos, qualidade de vida, equidade e diversidade, contratações sustentáveis e descarbonização, acompanhados dos demais elementos obrigatórios do plano.

(B) Apenas indicadores financeiros relativos às despesas de pessoal e aos contratos administrativos de maior valor.

(C) Exclusivamente metas referentes à economia de energia elétrica, dispensando o acompanhamento de resíduos e qualidade de vida.

(D) Indicadores definidos livremente pelo CNJ, sem possibilidade de seleção conforme a realidade institucional.

(E) Metas exclusivamente ambientais, sem necessidade de definição de unidades responsáveis ou metodologia de monitoramento.

7. (2026)

Um tribunal instituiu seu Plano de Logística Sustentável e pretende estabelecer procedimentos para revisão periódica do documento. Considerando o art. 8º da Resolução CNJ nº 400/2021, a administração deverá observar que:

(A) o plano deve ser instituído pela Comissão Gestora do PLS, independentemente de ato da Presidência.

(B) a revisão do plano deverá ocorrer obrigatoriamente a cada cinco anos.

(C) a instituição do plano dispensa sua publicação no sítio eletrônico do tribunal.

(D) a revisão compete exclusivamente ao Conselho Nacional de Justiça, mediante solicitação do órgão interessado.

(E) o PLS será instituído por ato do Presidente do órgão e publicado em seu sítio eletrônico, cabendo à Comissão Gestora propor revisão a ser promovida pela unidade de sustentabilidade, com apoio das unidades gestoras, no máximo a cada dois anos.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

1. (FCC - 2022)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos

(A) foi o primeiro diploma a reconhecer o direito à comunicação, à informação e ao acesso às novas tecnologias.

(B) estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.

(C) dispõe que todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.

(D) tem um capítulo exclusivo para a defesa e proteção dos índios e das comunidades tradicionais.

(E) foi aprovada na IX Conferência Internacional Americana, realizada em Bogotá, em 1948.

2. (FCC - 2024)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada em 1948 no âmbito da Organização das Nações Unidas e prevê que as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio

(A) gozarão da mesma proteção social.

(B) deverão gozar de um patamar mínimo de direitos, de acordo com o contexto nacional.

(C) adquirirão a nacionalidade de suas genitoras, quando não atenderem ao regramento nacional para aquisição de nacionalidade.

(D) têm direito a cuidados e assistência especiais. exceto para aquelas advindas de adoção simples.

(E) obterão a proteção estatal quando o poder familiar não decorrer do nascimento com vida.

3. (FCC - 2022)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, ainda que, como diz o nome, proclame direitos, também estabelece **expressamente** que todos os seres humanos têm deveres para com

(A) o planeta terra, para garantir condições de sobrevivência às gerações futuras.

(B) a pátria, espaço privilegiado de exercício da igualdade, fraternidade e liberdade.

(C) o Estado, por meio do qual as pessoas humanas têm preservados seus direitos.

(D) os povos estrangeiros, participando de ações solidárias sempre que sua dignidade esteja ameaçada.

(E) a comunidade fora da qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade não é possível.

4. (FCC - 2024)

De acordo com o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP), com relação aos "trabalhos forçados ou obrigatórios", é correto afirmar que:

(A) serão assim considerados quaisquer trabalhos ou serviços forçados, ainda que façam parte das obrigações cívicas normais.

(B) serão assim considerados quaisquer serviços de caráter militar e, nos países em que se admite a isenção por motivo de consciência, quaisquer serviços nacionais que a lei venha a exigir daqueles que se oponham ao serviço militar por motivo de consciência.

(C) não serão assim considerados apenas os serviços exigidos em casos de calamidade e os trabalhos que fizerem parte das obrigações cívicas normais.

(D) não serão assim considerados quaisquer serviços exigidos em casos de emergência ou de calamidade que ameacem o bem-estar da comunidade.

(E) não serão assim considerados quando se tratar de cumprimento de pena de prisão, prevista na legislação de um país, imposta por um tribunal competente, sendo que as pessoas processadas não poderão receber tratamento distinto das condenadas, não podendo, como regra, delas serem separadas.

5. (FCC - 2022)

Segundo regra expressa do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, ninguém poderá ser preso

(A) sem que haja ordem de prisão determinada pela autoridade judicial competente.

(B) sem que tenha sido condenado definitivamente em segunda instância.

(C) se descumprir lei que afronte os princípios e regras de direitos humanos.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

(D) apenas por não poder cumprir com uma obrigação contratual.
(E) enquanto estiver prestando trabalho cívico, por convocação oficial, em ação destinada à preservação do bem-estar social.

6. (FCC - 2025)
Considere:
I. Não se admitirá qualquer restrição ou suspensão dos direitos humanos fundamentais reconhecidos ou vigentes em qualquer Estado Parte do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos em virtude de leis, convenções, regulamentos ou costumes, sob pretexto de que referido Pacto não os reconheça ou os reconheça em menor grau.
II. Qualquer pessoa que seja privada de sua liberdade por prisão ou encarceramento terá o direito de recorrer a um tribunal para que este decida sobre a legalidade de seu encarceramento e ordene sua soltura, caso a prisão tenha sido ilegal.
III. O Comitê de Direitos Humanos, composto de 27 membros, estudará os relatórios apresentados pelos Estados Partes do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, não transmitindo, entretanto, aos Estados Partes seu próprio relatório.
De acordo com o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, está correto o que se afirma em
(A) **I**, apenas.
(B) **I e II**,apenas.
(C) **II**, apenas.
(D) **I, II e III**.
(E) **III**, apenas.

7. (FCC - 2022)
A Organização dos Estados Americanos adotou Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos sobre
(A) criação do Comitê de Direitos Humanos.
(B) participação de crianças em conflitos armados.
(C) regulamentação do Tribunal Penal Internacional.
(D) abolição da pena de morte.
(E) estabelecimento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

8. (FCC - 2024)
É instância de proteção dos direitos humanos na ordem internacional
(A) o Tribunal Penal interamericano, constituído nos termos da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.
(B) a Comissão de Conciliação ad hoc, constituída nos termos do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.
(C) o Comitê de Direitos Humanos, constituído nos termos do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
(D) a Corte Internacional de Direitos Humanos, constituída nos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.
(E) o Comitê Interamericano de Direitos Humanos, constituído nos termos da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

9. (FCC - 2022)
O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais reconhece o direito ao gozo de condições de trabalho justas e favoráveis que assegurem, entre outros aspectos expressamente previstos,
(A) descanso semanal remunerado e férias remuneradas não inferiores a 7 dias.
(B) remuneração proporcional ao nível de escolaridade e ao preparo acadêmico do trabalhador.
(C) proteção contra demissões injustas, arbitrárias e unilaterais.
(D) proibição de demissões em massa sem prévio acordo coletivo.
(E) garantia às mulheres de perceber a mesma remuneração que a dos homens por trabalho igual.

10. (FCC - 2022)
É exemplo de situação fática de violação de um direito social e/ou econômico a condição de
(A) um idoso sem condições de trabalhar e excluído de qualquer benefício previdenciário ou assistencial.
(B) uma pessoa que não pode circular pelas ruas pelo risco de ser vítima de bala perdida.
(C) um preso assassinado por facções criminosas dentro do sistema penitenciário.
(D) uma pessoa que, em razão de ser mulher e negra, não consegue oportunidade de emprego.
(E) uma pessoa impedida de escolher seus governantes por meio de eleições periódicas e legítimas.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. (FCC - 2025)

Sobre a função do Windows Defender Firewall do Windows 10 e o combate a vírus, worms e outras pragas virtuais, ele

(A) bloqueia automaticamente a execução de arquivos infectados com vírus ou worms no sistema operacional.

(B) impede conexões de rede não autorizadas com base no endereço IP, protocolo ou porta.

(C) remove automaticamente malwares detectados em conexões de entrada e saída da rede.

(D) desativa qualquer aplicação que tente acessar a internet sem a permissão do usuário.

(E) é responsável por realizar varreduras completas no sistema em busca de vírus e outras ameaças.

2. (FCC - 2022)

Após entrar nas configurações do sistema no Windows 10, em português e em condições ideais, um técnico clicou na opção Sobre, depois na opção Configurações Avançadas do Sistema e a janela Propriedades do Sistema foi aberta. Para permitir que o computador seja controlado remotamente ele precisa ativar a opção Permitir que este computador seja controlado remotamente, a partir de um clique na guia

(A) Avançado e na opção Configuração Remota.

(B) Avançado e na opção Administração Remota.

(C) Proteção do Sistema e na opção Configuração Remota.

(D) Remoto e no botão Avançado....

(E) Proteção do Sistema e no botão Configurar....

3. (FCC - 2022)

No Microsoft Windows 10, um bombeiro está trabalhando com duas janelas abertas, uma com o navegador web e outra com o Microsoft Word. Estando na janela do navegador web ativa, para fechar essa janela rapidamente poderá utilizar a combinação de teclas

(A) ALT + TAB

(B) ALT + F4

(C) CTRL + F5

(D) ALT + DELETE

(E) SHIFT + F4

4. (FCC - 2025)

Ao tentar solucionar um problema de conectividade a um site da internet no Windows 10, aberto e funcionando em condições ideais, um funcionário de um Tribunal acessou o Windows Defender Firewall e clicou em Restaurar padrões, fazendo com que ela

(A) permita conexões de entrada de aplicativos que não estejam na lista de aplicativos permitidos quando conectado às redes privadas e públicas.

(B) bloqueie todas as conexões de entrada com aplicativos que não estejam na lista de aplicativos permitidos quando o computador estiver conectado à rede privada.

(C) notifique quando um aplicativo novo for permitido tanto no perfil da rede local quanto na internet.

(D) bloqueia todas as conexões de saída com aplicativos que não estejam na lista de aplicativos permitidos quando o computador estiver conectado às redes públicas.

(E) bloqueie todas as conexões de saída com aplicativos que não estejam na lista de aplicativos permitidos quando à computador estiver conectado à internet.

5. (FCC - 2024)

Considere um problema de lentidão extrema em um computador, com 8 GB de RAM, processador dual-core de 3,9 GHz, disco rígido mecânico (HDD) de 500 GB (95% ocupado pelos recursos instalados), placa de vídeo dedicada e Windows 10 instalado. A provável causa da lentidão é

(A) a baixa capacidade do processador, Inadequado para rodar o Windows 10.

(B) a quantidade de memória RAM. Inadequada para rodar o Windows 10.

(C) o disco rígido mecânico (HDD) quase cheio.

(D) que o Windows 10 ocupa, sozinho, mais de 400 GB do disco rígido.

(E) o uso de placa de vídeo dedicada. ao invés da placa de vídeo integrada.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

6. (FCC - 2025)

Os computadores utilizados na rede interna de um Tribunal devem estar protegidos contra ataques de malware e acessos não autorizados.

Em máquinas com esse sistema operacional instalado e funcionando em condições ideais, o Windows 10

(A) possui antispywares, que são utilizados exclusivamente para remover vírus que já infectaram o sistema, assim esses vírus são neutralizados e não oferecem mais nenhum tipo de ameaça.

(B) oferece o Windows Defender Antivírus de forma nativa. Estando no modo ativo, os arquivos são verificados, as ameaças são corrigidas e as ameaças detectadas são listadas nos relatórios de segurança.

(C) oferece segurança nativa para bloqueio de worms, um tipo de malware que exige interação do usuário para se propagar na rede, como clicar em um link ou abrir um arquivo infectado.

(D) dispensa a configuração de um firewall, caso já haja um antivírus instalado, pois o antivírus realiza todas as funções de proteção contra acessos não autorizados.

(E) possui um recurso nativo chamado Defender Shield, que impede a instalação de qualquer programa malicioso e monitora todas as ameaças. caso esteja executando no modo S.

7. (FCC - 2023)

No prompt de comandos do Windows 10, um policial digitou o comando ipconfig e pressionou a tecla Enter para

(A) mudar o endereço IP do seu computador.

(B) ver o endereço IP do seu computador na rede.

(C) renovar o endereço IP do seu computador.

(D) conectar seu computador à rede local.

(E) obter seu endereço IP público na internet.

8. (FCC - 2022)

Um dos primeiros passos para se proteger um computador com o Windows 10, em português, contra malwares é desativar a reprodução automática de dispositivos USB, CD, Blu-ray, DVD etc. Isso faz com que, quando se conectar, por exemplo, um pen drive em uma porta USB, qualquer malware que seria executado automaticamente seja evitado. Em condições ideais, para se chegar à janela onde será possível desativar a reprodução automática para todas as mídias e dispositivos, clica-se na tecla com o símbolo (logotipo) do Windows, depois na sequência de opções:

(A) Configurações > Dispositivos > Reprodução automática.

(B) Acessórios > Configurações > Autoexecutar.

(C) Explorador de Arquivos > Autoexecutar > Dispositivos.

(D) Painel de Controle > Dispositivos > Autoexecutar.

(E) Painel de Controle > Sistema e Segurança > Reprodução automática.

9. (FCC - 2024)

No prompt de comando do Windows 10, é possível obter o endereço IP do computador:

(A) clicando em Alt+F12.

(B) digitando o comando ipaddress e, após, pressionando Enter.

(C) clicando em Configuração, digitando exibir IP e, após, pressionando Enter.

(D) digitando o comando ipv4 e, após, pressionando Enter.

(E) digitando o comando ipconfig e, após, pressionando Enter.

10. (FCC - 2025)

Um Agente de Suporte Educacional clicou sobre o nome de um arquivo comum em uma pasta do Windows e pressionou a tecla **Del (Delete)** simultaneamente com outra tecla e recebeu a mensagem: “Tem certeza de que deseja excluir este arquivo permanentemente?” A tecla conjunta que ele pressionou foi:

(A) **Shift**

(B) **Alt Gr**

(C) **Alt**

(D) **Windows**

(E) **Ctrl**

11. (FCC - 2025)

No Windows 10, funcionando em condições ideais, um Analista Judiciário de um Tribunal Regional do Trabalho, estando no prompt de comando - cmd executado como Administrador, aplicou ATTRIB + R para um dado arquivo porque ele pretende defini-lo como

(A) de sistema.

(B) leitura e gravação.

(C) oculto.

(D) morto.

(E) somente leitura.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (FCC - 2022)

A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I. pluralismo político.

II. repúdio ao terrorismo e ao racismo.

III. erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais.

IV. independência nacional.

V. concessão de asilo político.

Está correto o que se afirma **APENAS** em

(A) **II, IV e V**.

(B) **I, III e V**.

(C) **II, III e V**.

(D) **I, III e IV**.

(E) **I, II e IV**.

2. (FCC - 2023)

Nos termos da Constituição Federal, constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil

(A) erradicar as desigualdades sociais e regionais.

(B) reduzir a pobreza e a marginalização.

(C) garantir o desenvolvimento nacional e internacional.

(D) assegurar a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

(E) construir uma sociedade livre, justa e solidária.

3. (FCC - 2024)

De acordo com a Constituição Federal, o brasileiro naturalizado que invocar motivo de crença religiosa para eximir-se de obrigação legal a todos imposta, recusando- se, também, a cumprir prestação alternativa, fixada em lei,

(A) poderá ser privado de direitos, pois, para isso, basta apenas que brasileiros ou estrangeiros invoquem crença religiosa para eximir-se de obrigação legal a todos imposta, ainda que não se recusem a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

(B) não poderá ser privado de direitos em nenhuma hipótese, pois é assegurada a brasileiros e estrangeiros residentes no Pais a liberdade de crença religiosa.

(C) poderá ser privado de direitos. pois invocou crença religiosa para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusou-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

(D) poderá ser privado de direitos, pois é inviolável a liberdade de crença religiosa apenas dos brasileiros natos.

(E) não poderá ser privado de direitos, em nenhuma hipótese, pois é assegurada apenas a brasileiros, natos ou naturalizados, a liberdade de crença religiosa no Pais.

4. (FCC - 2023)

Tomando conhecimento de que seria encenada uma peça teatral na cidade que retrataria uma tradicional figura cristã masculina como uma mulher negra, determinado grupo religioso requereu a proibição da estreia da referida peça, no que foram prontamente atendidos. Diante da situação hipotética apresentada, e levando-se em conta o que estabelece a Constituição Federal,

(A) somente o Estado poderia, mediante regra geral, restringir ou impedir a estreia da peça, mediante censura prévia, com fundamento em sua competência para exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão.

(B) é admissível a proibição da estreia da peça, desde que se pretenda encená-la em local aberto ao público, hipótese em que a reunião de pessoas, ainda que pacífica, depende de aviso prévio e autorização da autoridade competente.

(C) é inconstitucional a proibição da estreia da peça teatral, uma vez que é assegurada a livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

(D) somente a União poderia, mediante regra geral, restringir ou impedir a estreia da peça, mediante censura prévia, com fundamento na inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença.
(E) somente por meio de lei é possível a censura prévia à liberdade de expressão e de criação artística, de sorte que o prefeito do município em questão não poderia ter proibido a estreia da peça de teatro.

5. (FCC - 2022)

Suponha-se que Daniel, que hoje está com cinquenta e cinco anos de idade, tenha praticado crime de racismo quando possuía trinta anos de idade. Atualmente, de acordo com a Constituição Federal,

(A) poderá ser processado, porém seria possível a determinação de um valor a título de fiança para que ele aguardasse o julgamento em liberdade provisória.
(B) poderá ser processado, pois o racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.
(C) não poderá ser processado, pois a prescrição para o crime de racismo ocorre em vinte anos.
(D) poderá ser processado, pois o racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
(E) não poderá ser processado, pois a prescrição para o crime de racismo ocorre em cinco anos.

6. (FCC - 2024)

Cristina reside com sua família em uma casa localizada no centro da cidade de Jaboatão de Guararapes. Ocorre que esse imóvel será desapropriado por necessidade pública. Em conformidade com a Constituição Federal, considerando apenas as informações fornecidas, referida desapropriação será realizada

(A) com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até vinte anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais,
(B) mediante justa e posterior indenização em dinheiro.
(C) com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Congresso Nacional, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
(D) mediante justa e prévia indenização em dinheiro.
(E) mediante prévia e justa indenização em títulos da divida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até quinze anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

7. (FCC - 2025)

Consoante a Constituição Federal de 1988, os Tratados sobre Direitos Humanos

(A) não poderão ser equivalentes às emendas constitucionais, pois nenhum Tratado ou Convenção Internacional poderá possuir o mesmo status da Constituição Federal.
(B) assinados pelo Presidente da República, sem a necessidade de sua aprovação pelo Congresso Nacional, serão equivalentes às emendas constitucionais.
(C) serão equivalentes às leis infraconstitucionais se aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
(D) serão equivalentes às emendas constitucionais se aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em três turnos, por dois quintos dos votos dos respectivos membros.
(E) serão equivalentes às emendas constitucionais se aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

8. (FCC - 2024)

Considere a Constituição Federal de 1988 para responder a questão

As mães das crianças com uma deficiência específica desejam criar uma associação para a defesa dos direitos dessas crianças. A criação da referida associação

(A) independe de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento, podendo ser compulsoriamente dissolvida ou ter sua atividade suspensa por decisão judicial, não se exigindo, em ambos os casos, o trânsito em julgado.
(B) independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento, podendo ser compulsoriamente dissolvida ou ter sua atividade suspensa por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (FCC - 2022)

A Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência. Segundo o princípio da legalidade,

(A) todos os atos devem ter sempre o objetivo do interesse público, não podendo a Administração Pública agir em interesse próprio ou de terceiro beneficiado.

(B) a Administração Pública deve agir em consonância com os bons costumes, os princípios de justiça e equidade e a ideia comum de honestidade.

(C) a Administração Pública só pode realizar atos e medidas que a lei permite, não podendo conceder direitos de qualquer espécie ou criar obrigações por atos administrativos.

(D) os atos da Administração Pública devem sempre estar em conformidade com os preceitos de visibilidade e clareza.

(E) a Administração Pública deve agir no sentido de produzir resultados que satisfaçam da melhor maneira as necessidades públicas.

2. (FCC - 2022)

A Constituição Federal de 1988 prevê expressamente a obrigação de a Administração pública, direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios respeitar o princípio da

(A) autotutela.

(B) hierarquia.

(C) moralidade.

(D) proporcionalidade.

(E) liberdade.

3. (FCC - 2024)

A impossibilidade de a Administração Pública rever um ato administrativo já praticado, por meio do qual concedeu regularmente a um particular determinado direito, tem fundamento nas normas constitucionais que, dentre os direitos e garantias fundamentais, estabeleceram a proteção ao

(A) direito adquirido e à impessoalidade.

(B) direito adquirido e à coisa julgada.

(C) direito adquirido e à propriedade privada.

(D) ato jurídico perfeito e à coisa julgada.

(E) ato jurídico perfeito e ao direito adquirido.

4. (FCC - 2022)

Relativamente ao ato administrativo, um dos seus elementos, denominado “objeto”, é

(A) pressuposto de fato e de direito que serve de fundamento ao ato.

(B) como o ato deve ser praticado, observadas as exigências legais.

(C) o resultado que a Administração quer alcançar com o ato.

(D) o efeito jurídico imediato que o conteúdo do ato produz.

(E) aquele a quem a lei atribui a incumbência para a prática do ato.

5. (FCC - 2023)

A respeito do tema “atributos do ato administrativo”, a autoexecutoriedade dos atos administrativos consiste na possibilidade de a Administração executar sozinha seus próprios atos. Em contrapartida, há exceções previstas pela Constituição Federal, quando, por exemplo, remete-nos à inviolabilidade do sigilo dos dados e das comunicações (art. 5º, XII, CF) ou à suspensão das atividades ou à dissolução compulsória de associações (art. 5º, XIX, CF), que não autorizam a autoexecutoriedade. Nesses casos, trata-se de: Aqui estão as opções:

(A) Indisponibilidade do direito,

(B) Executoriedade mitigada.

(C) Cláusula de reserva judicial

(D) Cláusula de barreira.

(E) Autoexecutoriedade externa.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

6. (FCC - 2022)

A permissão é considerada ato

(A) bilateral, discricionário, usado para reconhecer ao particular o direito à prestação de um serviço público.

(B) unilateral, vinculado, voltado ao uso de bem público ou à prestação de serviço público.

(C) bilateral, discricionário, que faculta a quem preenche os requisitos legais o exercício de uma atividade.

(D) unilateral, discricionário, pelo qual a administração faculta ao particular a execução de serviço público.

(E) unilateral, vinculado, pelo qual se exerce o controle do ato administrativo.

7. (FCC - 2022)

Após ultrapassados dois meses da prática de um ato administrativo, a Administração pública retirou-o do mundo jurídico, por constatar grave vício relativo ao motivo do ato. No caso narrado, o desfazimento do ato deu-se através do instituto da

(A) discricionariedade.

(B) revogação.

(C) convalidação.

(D) vinculação.

(E) anulação.

8. (FCC - 2025)

Paulo, servidor público efetivo, concedeu licença de instalação de determinado empreendimento, sem atentar que o ato em questão, pela natureza do empreendimento, estava fora de sua competência funcional, sendo, na verdade, da alçada decisória do coordenador do departamento em que atua, seu superior hierárquico. Ocorre que o empreendimento já havia sido iniciado e o particular solicitou, assim, a convalidação da licença expedida. Considerando que a licença em questão configura ato vinculado, o pleito do particular afigura-se juridicamente

(A) vedado, pois vícios relativos a competência não são passíveis de saneamento, facultada a edição de novo ato pela autoridade competente.

(B) possível, porém apenas com efeitos a partir da convalidação, sendo inviável a preservação dos efeitos produzidos pelo ato proferido por autoridade incompetente.

(C) inviável, eis que apenas atos discricionários são passíveis de convalidação de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da Administração Pública.

(D) possível, em se tratando de competência não privativa ou não exclusiva, mantendo-se os efeitos produzidos pelo ato convalidado.

(E) possível, desde que ainda não decorrido o prazo decadencial para a convalidação, o qual, em regra, é de 90 dias para atos vinculados.

9. (FCC - 2024)

Um município editou um decreto organizando suas secretarias, criando cargos e funções de chefia para as respectivas estruturas. O ato editado pelo município:

(A) excedeu os limites do poder normativo do ente, tendo em vista que o decreto não poderia ter disposto sobre a criação de cargos.

(B) é irregular, não se enquadrando nos limites do poder regulamentar, que somente poderia explicitar matérias previamente disciplinadas em lei.

(C) é expressão do poder normativo do Poder Executivo, que pode disciplinar a organização administrativa de sua estrutura, desde que tenha havido prévia lei sobre todas as matérias tratadas pelo decreto.

(D) tem natureza normativa-disciplinar, passível de ser objeto de decreto autônomo, desde que haja disponibilidade orçamentária-financeira.

(E) insere-se no poder regulamentar típico do Poder Executivo, que pode organizar sua estrutura por meio de decreto autônomo, incluindo criação e extinção de cargos.

10. (FCC - 2024)

A administração Pública, no regular exercício de suas funções executivas, submete-se a princípios e é dotada de poderes e prerrogativas, a exemplo do poder hierárquico, que se manifesta

(A) na função de organização do trabalho e divisão de tarefas dentro das repartições públicas, desempenhada, na maior parte das vezes, pelos ocupantes dos cargos de chefia e direção.

(B) pelo poder de revisão, pelas autoridades superiores da Administração Central, dos atos dos agentes públicos integrantes da Administração Direta e Indireta, independentemente de previsão em lei.

(C) no dever de divulgar seus atos pelos meios oficiais, além de prestar informações aos administrados.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. (FCC - 2022)

As funções administrativas que envolvem, respectivamente, o estabelecimento da estrutura formal de autoridade e a análise da forma como a unidade de informação está operando são as de

(A) organização e comando.
(B) planejamento e controle.
(C) organização e controle.
(D) coordenação e comando.
(E) planejamento e coordenação.

2. (FCC - 2022)

Um dos principais teóricos do processo de mudança nas organizações, Kurt Lewin, preconiza que a mudança envolve três etapas, sendo a última delas denominada

(A) escalonização, na qual as novas práticas desejadas são introduzidas, porém sem, necessariamente, substituir todas as anteriores.
(B) descongelamento, onde se chega ao estágio em que as práticas arraigadas à organização são efetivamente eliminadas.
(C) espiral do conhecimento, quando a mudança é disseminada por toda a organização, culminando com sua internalização.
(D) escala gráfica, quando a mudança pode ser percebida e medida a partir de indicadores comportamentais.
(E) recongelamento, onde as novas ideias e práticas são incorporadas definitivamente como comportamento padronizado, sendo a etapa de estabilização da mudança.

3. (FCC - 2022)

Em uma rede social, Marcos publicou um comentário, afirmando que a Administração Pública deveria seguir todos os princípios da Administração Privada. Júlia respondeu ao seu comentário com três argumentos que diferenciam os dois tipos de administração. Os argumentos válidos publicados na resposta da Júlia encontram-se em:

(A) o governo tem que pensar no lucro de todas as empresas, e as empresas, somente no seu. Na Administração Pública, o pagamento pelos serviços é feito através dos impostos e muitos pagam mesmo sem usar o serviço, já na iniciativa privada, a pessoa paga pelo bem ou serviço que consome. No governo os interesses dos cidadãos são irrelevantes, ao contrário da empresa privada.
(B) o governo tem que pensar no lucro de todas as empresas, e as empresas, somente no seu. Na Administração Pública, o pagamento pelos serviços é feito através dos impostos e muitos pagam mesmo sem usar o serviço; já na iniciativa privada, a pessoa paga pelo bem ou serviço que consome. No governo há a intenção de servir a sociedade e a empresa privada visa atender aos interesses de um indivíduo ou grupo.
(C) o governo tem que pensar no bem-estar coletivo, e as empresas, no seu impacto para a sociedade. Na Administração Pública, o pagamento pelos serviços é feito através de boletos, quando o cidadão usa um serviço específico; já na iniciativa privada, a pessoa paga pelo bem ou serviço mesmo sem usar. No governo há a intenção de servir aos interesses econômicos da nação, e a empresa privada visa atender aos interesses de um indivíduo ou grupo.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

desejo de servir às empresas para que atendam aos seus consumidores, e a empresa privada visa atender aos interesses de um indivíduo ou grupo.

4. (FCC - 2022)

Nos estudos acerca do fenômeno da liderança e do comportamento dos líderes, o modelo de análise conhecido como grid (ou grade) gerencial sustenta que o gestor orienta a ação para dois aspectos fundamentais:

(A) ênfase na produção, preocupando-se com o resultado da tarefa, e ênfase nas pessoas, considerando o atendimento às necessidades de subordinados, colegas ou chefes.

(B) estrutura de iniciação, com ênfase no conhecimento, e estrutura de consideração, com ênfase no perfil dos liderados, objetivando o ponto ótimo resultante da combinação dessas duas variáveis.

(C) complexidade da tarefa, tendo em mente os requisitos necessários para sua realização, e grau de maturidade dos liderados, cabendo adequar o estilo de liderança para harmonizar as duas variáveis.

(D) grau de autoridade demandada do líder, que pode ser modulada entre o perfil coercitivo ou benevolente, e nível de resistência do grupo para realização da tarefa indicada.

(E) traços de personalidade, como carisma e capacidade de convencimento, e habilidades adquiridas, incluindo os conhecimentos técnicos e comportamentais necessários ou úteis ao desempenho da liderança.

5. (FCC - 2025)

Entre as diferentes classificações dos estilos de liderança apresentadas pela literatura, tem-se a denominada liderança transacional, a qual baseia-se

(A) no carisma do líder, que detêm uma personalidade capaz de angariar a confiança e engajamento dos liderados independentemente de recompensas.

(B) em uma relação de troca (transação) entre líder e liderados, que pode se manifestar por recompensas financeiras atreladas ao atingimento de metas.

(C) no caráter transformador que a liderança exerce sobre os subordinados em termos de crescimento pessoal e profissional.

(D) na autoridade do líder, que impõe aos subordinados as ações a serem executadas, apropriando-se dos resultados obtidos pela equipe.

(E) ma rotatividade das posições de liderança, com alternância entre lideres e liderados de forma a proporcionar maior engajamento na missão da entidade.

6. (FCC - 2023)

O diretor de recursos humanos de uma determinada empresa solicitou a aplicação do método do GRID Gerencial para identificar o perfil mais comum de liderança entre os 10 gerentes da empresa. O resultado final concluiu que o perfil predominante foi de que os gerentes prestavam grande atenção às necessidades das pessoas de relacionamentos profícuos, o que gerava um clima organizacional e ritmo de trabalho confortáveis e amistosos. De acordo com o método aplicado, trata-se de um estilo gerencial de liderança de

(A) foco em tarefas.

(B) obediência à autoridade.

(C) equipe.

(D) meio-termo.

(E) clube de campo.

7. (FCC - 2023)

Ao longo do tempo, diversas teorias foram desenvolvidas para explicar a liderança como processo de exercer influência sobre um grupo, a fim de atingir determinados objetivos e metas. Nesse contexto, o modelo situacional desenvolvido por Paul Hersey e Kenneth Blanchard preconiza

(A) estilo de liderança diretivo, adotando a premissa de que os liderados não são dotados de maturidade psicológica, afastando outros estilos de caráter participativo.

(B) foco na tarefa, consistindo em uma derivação da denominada estrutura de iniciação, sendo criticada por relegar a segundo plano as características dos liderados.

(C) maior ênfase nos liderados, pois a variável mais relevante para a eficácia do líder consiste na adequação do estilo de liderança ao grau de maturidade dos subordinados.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO

1. (FCC - 2022)

Considerando a autonomia do Direito do Trabalho, no contexto dos ramos e disciplinas componentes do universo do Direito, em relação a suas fontes e seus princípios:

(A) As fontes formais heterogêneas do Direito do Trabalho, sob a perspectiva econômica, estão, regra geral, atadas à existência e evolução do sistema capitalista, advindo da Revolução Industrial, do século XVIII.

(B) Esse ramo jurídico especializado constitui-se das seguintes fontes materiais heterônomas: costumes; convenções coletivas de trabalho e acordos coletivos de trabalho.

(C) São consideradas fontes formais autônomas justrabalhistas os tratados e convenções internacionais favorecidos por ratificação e adesão internas e as sentenças normativas.

(D) O princípio do contrato-realidade determina que o operador jurídico, no exame das declarações volitivas, deve atentar mais ao envoltório formal do que à intenção dos agentes, porque a prática habitual não pode alterar o contrato pactuado.

(E) O princípio da norma mais favorável adquiriu respaldo constitucional na medida em que o artigo 7o, caput da Constituição Federal utilizou a expressão "além de outros que visem à melhoria de sua condição" ao elencar o rol dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais.

2. (FCC - 2023)

O princípio norteador do exercício do jus variandi pelo empregador, conforme disciplina a Consolidação das Leis do Trabalho é o

(A) do in dubio pro operario, desde que haja acordo mútuo entre empregado e empregador, sendo irrelevante o resultado de prejuízo ao trabalhador.

(B) da ausência de prejuízo ao empregado, independente de haver ou não mútuo consentimento.

(C) da primazia da realidade, não sendo relevante o resultado de prejuízo ao empregado.

(D) da condição mais benéfica ao trabalhador, não sendo condição essencial a concordância do empregado.

(E) do mútuo consentimento, aliado ao da ausência de prejuízo, quer direto, quer indireto ao empregado.

3. (FCC - 2022)

Considere as assertivas abaixo.

I. Ausência de subordinação.

II. Descontinuidade na prestação dos serviços.

III. Convocação prévia de trabalhadores por meio eficaz de comunicação.

IV. Período de inatividade considerado como tempo à disposição.

V. Silêncio como manifestação de vontade.

Conforme a Consolidação das Leis do Trabalho, encaixa-se como característica do contrato de trabalho intermitente o que está descrito **APENAS** em

(A) **I, III e IV**.

(B) **II, III e V**.

(C) **I, II e IV**.

(D) **III e V**.

(E) **I e IV**.

4. (FCC - 2022)

A Consolidação das Leis do Trabalho conceitua as figuras essenciais de um contrato de trabalho como sendo do empregado e empregador, apresentando requisitos desta relação de emprego. Segundo essa norma,

(A) os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão se equiparam, para fins de subordinação jurídica, aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio.

(B) os profissionais liberais, mesmo que admitam trabalhadores como empregados, não se equiparam ao empregador, para os efeitos da relação de emprego.

(C) uma associação recreativa sem fins lucrativos não poderá ser considerada empregadora para efeitos da relação de emprego, por faltar o requisito da atividade lucrativa do empregador.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

(D) o marido não poderá ser considerado empregado de sua esposa, casada em regime de comunhão de bens, em razão do grau de parentesco, mesmo que presentes os requisitos legais da relação de emprego.

(E) considera-se empregado toda pessoa física ou jurídica que prestar serviços eventuais a pessoa jurídica mediante remuneração e sob a dependência desta.

5. (FCC - 2022)

Com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho acerca do contrato de trabalho intermitente considere:

I. O empregador convocará, por qualquer meio de comunicação eficaz, para a prestação de serviços, informando qual será a jornada, com, pelo menos, 48 horas de antecedência.

II. Recebida a convocação, o empregado terá o prazo de um dia útil para responder ao chamado, presumindo-se, no silêncio, a recusa.

III. Aceita a oferta para o comparecimento ao trabalho, a parte que descumprir, sem justo motivo, pagará à outra parte, no prazo de trinta dias, multa de 50% (cinquenta por cento) da remuneração que seria devida, vedada a compensação.

IV. O contrato de trabalho intermitente deve ser celebrado por escrito e deve conter especificamente o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor horário do salário mínimo ou àquele devido aos demais empregados do estabelecimento que exerçam a mesma função em contrato intermitente ou não.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) **II, III e IV**.

(B) **II e IV**.

(C) **I e III**.

(D) **I, III e IV**.

(E) **I e II**.

6. (FCC - 2022)

Luna foi contratada como empregada pela empresa Festa Festou Eventos Ltda., para prestação de serviços não contínuos, definida em períodos de dias com trabalho e períodos de inatividade.

Considerando as peculiaridades dessa modalidade de contratação,

(A) os períodos de inatividade, nos quais não há trabalho a ser executado, não são considerados tempo à disposição da empregadora, podendo Luna prestar serviços a outros contratantes.

(B) durante os períodos de inatividade, embora não haja trabalho a ser executado, Luna pode ser chamada a qualquer momento para o trabalho pela empregadora, razão pela qual tem direito ao recebimento, para esses períodos, de parcela indenizatória equivalente a 20% da remuneração pactuada.

(C) a empregadora pode convocar Luna para o trabalho, por qualquer meio de comunicação eficaz, informando qual será a jornada de trabalho, com pelo menos quarenta e oito horas de antecedência.

(D) sendo convocada para a prestação de serviços, Luna não pode recusar, sob pena de restar descaracterizada a subordinação típica da relação de emprego.

(E) Luna somente terá direito a férias se, no período de doze meses, prestar serviços por, pelo menos, oito meses ao empregador, contínuos ou não.

7. (FCC - 2022)

Cícero foi contratado para a prestação de serviços junto à empresa de Transportes Gira Mundo Ltda., visando suprir necessidade de substituição de mão de obra.

A situação em questão se enquadra nos moldes do contrato

(A) de trabalho autônomo.

(B) temporário.

(C) intermitente.

(D) de trabalho eventual.

(E) de trabalho avulso.

8. (FCC - 2022)

Em razão do aumento das vendas durante o período de festividades de final de ano, a empresa Adega D'Ouro pretende contratar trabalhadores temporários. Considerando as regras legais sobre o trabalho temporário, a Adega D'Ouro

(A) não pode realizar a contratação pretendida, pois, a despeito da demanda complementar de serviços no período, ela não decorre de fator imprevisível, que seria a única hipótese autorizada para a contratação de trabalhadores.

(B) não pode realizar a contratação pretendida, pois os serviços a serem realizados inserem-se no âmbito de sua atividade-fim, o que não é permitido.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

1. (FCC - 2024)

Estudantes de Direito estão aprendendo sobre a composição do Tribunal Superior do Trabalho e realizando um trabalho para entregar ao professor responsável na semana que vem. No referido trabalho deverá constar, dentre outras informações, que O Tribunal Superior do Trabalho é composto por

(A) vinte e cinco Ministros, nomeados pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, após aprovação pela maioria absoluta dos Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho.

(B) vinte e três Ministros, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.

(C) vinte é sete Ministros, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.

(D) vinte e sete Ministros, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional.

(E) vinte e três Ministros, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional.

2. (FCC - 2022)

Os Tribunais Regionais do Trabalho são tribunais especializados em questões de direito do trabalho. Estes estão distribuídos em regiões numeradas, totalizando

(A) 24 tribunais.

(B) 27 tribunais.

(C) 28 tribunais.

(D) 21 tribunais.

(E) 29 tribunais.

3. (FCC - 2022)

A Dra. Raquel é Juíza do Trabalho substituta no TRT, sendo que para seu ingresso na carreira, ela submeteu-se a concurso público de provas e títulos, sendo exigido que tivesse diploma de bacharel em direito e, no mínimo, **I** anos de atividade jurídica. Sua promoção para Juíza se fará alternadamente por antiguidade e merecimento, sendo que ela terá direito à promoção obrigatória se figurar por **II** vezes consecutivas ou **III** alternadas em lista de merecimento.

Conforme previsão na Constituição Federal de 1988, as lacunas **I, II e III** devem ser preenchidas, **correta** e respectivamente, por

(A) dois – três – cinco

(B) cinco – três – dois

(C) dois – cinco – três

(D) três – três – cinco

(E) três – dois – dois

4. (FCC - 2024)

Ana teve julgada procedente em parte sua reclamação trabalhista, com disponibilização da sentença pelo Diário de Justiça eletrônico em 16/12, uma segunda-feira, sendo que tem interesse em interpor recurso ordinário no prazo de oito dias. Assim, tendo em vista o recesso forense que tem início em 20/12 e o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e considerando que as datas recaíam em dia útil, o restante do prazo de Ana terá seu reinício em:

(A) 22/01.

(B) 21/01.

(C) 20/01.

(D) 07/01.

(E) 06/01.

5. (FCC - 2022)

Em relação aos atos, prazos e nulidades processuais, no Processo do Trabalho, a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece que

(A) os atos processuais serão sempre públicos, e realizar-se-ão nos dias úteis das oito às dezoito horas.

(B) o ato processual denominado “penhora” poderá realizar-se em domingo ou dia feriado, mediante autorização expressa do juiz condutor do processo.

(C) os prazos são contínuos, contam-se com inclusão do dia de começo e exclusão do dia do vencimento, e poderão ser prorrogados pelo juiz ou tribunal, em virtude de força maior ou por ajuste escrito das partes.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

(D) o curso do prazo processual será interrompido nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 10 de janeiro, inclusive.

(E) a nulidade não será pronunciada, quando for possível repetir-se o ato, mas será declarada ainda que puder suprir-se a falta ou for arguida por quem lhe tiver dado causa.

6. (FCC - 2023)

O juízo do trabalho de Aparecida de Goiânia publica uma sentença em 3 de janeiro, condenando a empresa Terra Plana a pagar verbas rescisórias da sua ex- empregada Vênus. Pretendendo recorrer da sentença, com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, a empresa deverá fazê-lo no prazo legal, contando-se o prazo a partir de

(A) 7 de janeiro, quando voltam a fluir os prazos na Justiça do Trabalho, pois de 20 de dezembro a 6 de janeiro os prazos estão suspensos.

(B) 21 de janeiro, quando voltam a fluir os prazos na Justiça do Trabalho, pois de 20 de dezembro a 20 de janeiro, inclusive, os prazos estão suspensos.

(C) 7 de janeiro, quando voltam a fluir os prazos na Justiça do Trabalho, pois de 20 de dezembro a 6 de janeiro os prazos estão interrompidos.

(D) 20 de janeiro, quando voltam a fluir os prazos na Justiça do Trabalho, pois de 20 de dezembro a 20 de janeiro os prazos estão suspensos.

(E) 20 de janeiro, quando voltam a fluir os prazos na Justiça do Trabalho, pois de 20 de dezembro a 19 de janeiro os prazos estão interrompidos.

7. (FCC - 2023)

Os atos processuais devem observar uma ordem sequencial e devem ser praticados no prazo para que a entrega da prestação jurisdicional se dê em tempo razoável. Nesse sentido, no processo do trabalho, de acordo com as previsões legais aplicáveis e o entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho (TST),

(A) o curso do prazo processual será suspenso entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.

(B) ocorrendo a intimação da parte no sábado, a contagem do prazo se dará no primeiro dia útil subsequente.

(C) os prazos podem ser prorrogados apenas em virtude de força maior, devidamente comprovada.

(D) o recesso forense e as férias dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho interrompem os prazos recursais.

(E) os feriados são computados na contagem dos prazos.

8. (FCC - 2024)

Silvana ingressou com reclamação trabalhista em face de Terra Plena Cosméticos Ltda. pleiteando adicional de insalubridade. O juiz determinou que as partes recolhessem previamente os honorários do perito, para, após, ser realizada a perícia. Em face da situação hipotética apresentada e de acordo com o entendimento pacificado do TST,

(A) é ilegal o juiz exigir o pagamento de depósito prévio dos honorários periciais, por ser tal decisão incompatível com o processo do trabalho.

(B) o juiz deveria determinar que a reclamada pagasse metade dos honorários periciais previamente e a parte de Silvana, se beneficiária da Justiça Gratuita, ficaria a cargo do Tribunal.

(C) a determinação do juiz está em perfeita harmonia com o disposto no Código de Processo Civil e deve ser aplicada ao processo do trabalho.

(D) o juiz deveria determinar que a parte que requereu a perícia arcasse com a totalidade dos honorários, e a parte de Silvana, se beneficiária da Justiça Gratuita, ficaria a cargo do Tribunal.

(E) as despesas com honorários periciais na Justiça do Trabalho são sempre pagas ao término da reclamação, pelo Tribunal.

9. (FCC - 2025)

A prova pericial é realizada quando a comprovação do fato depender de conhecimento técnico ou científico, caso em que o juiz será assistido por perito.

De acordo com as previsões legais e o entendimento sumulado do TST, os honorários periciais

(A) deverão ser pagos de uma só vez, no valor fixado pelo juiz, não se admitindo parcelamento.

(B) serão fixados pelo juiz, respeitando o limite máximo estabelecido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

(C) deverão ser adiantados, na forma definida pelo juiz, pela parte que requereu a realização da perícia, com a devida compensação ao final do processo.

apostilas opção

GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

